



A LINGUAGEM NA ESCOLA: A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS DIALETAIS PARA UMA REAL DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Maria Carolina Piloto¹
Edair Gorski²

RESUMO: A escola precisa ter bem claro que seus alunos refletem variações lingüísticas que representam sua origem regional, de gênero (segundo o sexo), etária (de acordo com a idade) e socioeconômica; e que essas variações devem ser valorizadas. Essa proposta, que surgiu da lingüística, traz um respeito maior à diversidade social e regional dos estudantes, tentando, assim, encontrar um caminho para realmente democratizar o ensino. No lugar da atitude corretiva, o professor deve usar a linguagem do aluno como exemplo para mostrar a diferença e não o erro. Não existe mais um "único jeito" de falar o português (o mais próximo da norma padrão), mas um respeito pelos diversos falares que nossa língua ganhou em cada região do país e em cada grupo socioeconômico.

PALAVRAS-CHAVE: escola, variações lingüísticas, sociolingüística.

THE LANGUAGE AT SCHOOL: THE VALORIZATION OF THE DIFFERENT DIALECTICS FOR A REAL DEMOCRATIZATION IN TEACHING.

ABSTRACT: *The school must have it very clear that their students reflect linguistic variations that represent their regional origin, their gender (male or female), their age (how old the students are), and social-economical aspects, and that these variations must be appreciated. This proposal, which has its origins in the linguistics, shows greater respect to the students' social and regional diversity, and therefore, tries to find a way to really democratize teaching. Instead of a corrective attitude, the teacher must use the students' own language as an example to identify "the difference" and not "the error". There is no longer just "one way" of speaking Portuguese (closest to the standard), but that there must be respect for the different speaking varieties that has developed in each region of the country and in each social-economical group.*

KEYWORDS: *school, linguistic varieties, social-linguistic.*

Introdução

A Sociolingüística, ao explicar a covariação entre os fenômenos lingüísticos e os fenômenos sociais, revela as diferenças de dialetos determinados pela classe social do falante. Hoje, na escola brasileira, essas diferenças geram antagonismos acentuados, por estarem presentes classes sociais que historicamente delas estiveram ausentes. Os professores, quase sempre de classe média, não percebem que muitos alunos nem entendem o vocabulário mais elaborado usado na escola. Por vezes, nem compreendem muitas palavras usadas pelas crianças; nem percebem que

tais palavras fazem parte da rica herança cultural do grupo social a que pertencem.

Grande parte das pesquisas e estudos feitos a respeito da causa do fracasso escolar, principalmente entre crianças vindas de ambientes mais pobres, demonstram que uma das dificuldades está na área da linguagem. Isso demonstra o preconceito social, por parte das escolas, e a desvalorização das diferenças dialetais, quando na verdade deveria haver igualdade entre todos, através do respeito às diversidades lingüísticas e crença na potencialidade de cada aluno, independente de sua classe social.

¹ Mestranda do Curso de Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Docente (Graduação e Pós-graduação) da Universidade Federal de Santa Catarina.



I - O problema da escola brasileira.

"O objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais extremamente, o de criar condições para que ele seja aprendido". (Sírio Possenti)

É de conhecimento geral que as camadas populares brasileiras constituem a grande maioria da população do Brasil; assim, nota-se que a escola, neste país, deveria ser fundamentalmente uma escola para o povo. Mas, infelizmente, a situação escolar é caótica.

Essa escola para o povo é, ainda, extremamente insatisfatória, do ponto de vista quantitativo e, sobretudo, qualitativo. Não só estamos longe de ter escola para todos, como também a escola que temos é antes contra o povo do que para o povo: o fracasso escolar dos alunos pertencentes às camadas populares, comprovado pelos altos índices de repetência e evasão, mostra que, se vem ocorrendo uma progressiva democratização do acesso à escola, não tem igualmente ocorrido a democratização da escola. (SOARES, 1989:p.06)

A escola, para as camadas populares, tem se mostrado incompetente, o que tem gerado o fracasso escolar e tem tido o grave efeito de acentuar as desigualdades sociais e, sobretudo, legitimá-las.

Parte da responsabilidade dessa incompetência pode ser atribuída aos problemas de linguagem. O conflito entre a linguagem de uma escola a serviço das classes privilegiadas, que usa e impõe padrões lingüísticos, e a linguagem das camadas populares, que é censurada por esta escola, gera o fracasso dos alunos.

II- O preconceito lingüístico

O preconceito existe pela ignorância, pela incapacidade de compreender e aceitar as diferenças, diferenças de cor, raça, sexo, classe social e até de linguagem. E é justamente na linguagem que se encontrará uma das piores manifestações de preconceito: o preconceito contra as formas consideradas "erradas" de falar e de escrever, que corta as asas, barra as entradas, limita o crescimento, despreza e marginaliza.

Para desespero de muitos gramáticos alucinados e paranóicos defensores do português, a língua não é uma entidade homogênea e estática (se fosse, ainda estaríamos falando latim). A língua é viva, e existe porque existem pessoas que a falam. E as pessoas mudam, a sociedade muda, o tempo muda. Logo, a língua também muda.

A língua falada e vivida nas ruas, nas casas e na realidade da maioria esmagadora dos brasileiros não é essa língua artificial chamada de "padrão", pretensamente ensinada nas escolas e exigida em vestibulares, concursos públicos, meios de comunicação e qualquer situação mais formal. Aliás, a língua não é o "padrão" (apesar de muitos acreditarem e insistirem que sim). A língua é esse amontoado de variedades que a compõem, e o padrão é apenas uma entre tantas variedades - geralmente a variedade das classes mais ricas e cultas, e, logo, mais poderosas, que justamente por ser a variedade dessa classe social é escolhida e elevada à categoria de "padrão". O preconceito lingüístico acontece pela imposição dessa variedade "padrão" e pelo desprezo de tudo o que é "não-padrão".

Colocando de outra maneira: o que as pessoas ricas, cultas, poderosas (ou seja, a minoria absoluta desse país de terceiro mundo), falam é o "padrão" da língua que deve ser seguido pelos caipiras, pobres, ladrões e marginais, que falam tudo "errado".

Gramáticos, defensores e seus fiéis seguidores (professores, políticos, mídia e um monte de gente mal informada sobre o assunto) vão alarmar o mundo que o português está sendo corrompido, que não se sabe mais falar português e que se fala tudo errado. Primeiro: o português, assim como qualquer língua, não vai bem nem mal, apenas vai, segue seu curso natural de mudança e evolução. Segundo: é impossível um povo não saber falar sua própria língua. E terceiro: não existe "certo" ou "errado" na língua, mas apenas diferenças de uso. Como foi dito anteriormente, a língua existe porque existem falantes. E existem falantes ricos, pobres, novos, velhos, homens, mulheres, do campo, dos grandes centros urbanos, da periferia, no norte, sul, nordeste e de todos os cantos, formas e feitios. Lugares diferentes, épocas diferentes, contextos diferentes e histórias de vida diferentes que formam falantes diferentes.

O que toda essa gente não entende, ou não sabe, é que esses falantes de contextos diferentes vão falar de forma "diferente", e não necessariamente "errada". Em vez de tentar compreender o problema, chama os falantes da variedade não padrão, do "nós vai", do "a gente fomos", do "os menino viu" de idiotas e delinquentes da língua. Limitam, prendem, trancam a língua, reprimem os falantes, impondo regras que no dia-a-dia não são aplicadas (provavelmente nem por eles mesmos). E enraízam o preconceito, estigmatizando os falantes.

A variedade padrão da língua deve ser considerada como mais uma entre tantas variedades lingüísticas. E deve ser empregada no momento certo. Na sala de aula, em palestras, reuniões de trabalho, é imprescindível, indispensável, mas na praia, em festas, barzinhos, em casa, há outras variedades de expressão lingüística.

Não se pode esquecer que, na verdade, o preconceito não está na língua, mas em quem a fala. Quem diz "nós vai" ou "a gente fomos" é o pobre, miserável, inculto, analfabeto, e por isso essas formas são desprezadas, consideradas feias e erradas. Mas, para mudá-las, é preciso antes dar casa, comida, saúde e educação, em vez de exigir que milhares de brasileiros façam a conjugação correta dos verbos e marginalizá-los ainda mais do que já são por não ter acesso a mais isso, ao padrão da língua, e estigmatizá-los como eternos delinquentes, bandidos, marginais, analfabetos, animais.

III- Escola: um mercado lingüístico

Na escola, os locutores (sobretudo professores e alunos) instauram relações de comunicação lingüística em condições sociais concretas que, segundo Bourdieu (1998), funcionam como um "mercado lingüístico". Desde os primeiros anos de escola, a criança (sobretudo das camadas populares) começa aprender uma língua estranha, que raramente é a sua ou de seus pais: trata-se da língua escolar padrão, a única reconhecida pela escola como correta.

Toda a maneira espontânea de falar da criança (expressões, frases, pronúncia, etc.), que não correspondem às normas da língua escolar, é constantemente corrigida, reprimida, penalizada pelo professor para que, de correção em correção, todas as crianças falem a língua exigida pela escola.

Se a criança demonstra não saber exprimir o que deseja, se não consegue entender direito as explicações da professora, nem consegue fixar instruções um pouco longas, ou se tem vergonha de falar na escola, muitas vezes a dificuldade é entendida como tendo origem na criança e que ela deve ser corrigida. Entretanto, em sua casa, essa criança consegue se comunicar perfeitamente, falando a língua portuguesa com desembaraço em várias circunstâncias de sua vida. Bourdieu (1998:32) expõe:

A língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado lingüístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas etc.), esta língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas lingüísticas são objetivamente medidas. Ninguém pode ignorar a lei lingüística que dispõe de seu corpo de juristas (os gramáticos) e de seus agentes de imposição e controle (os professores), investidos do poder

de submeter universalmente ao exame e à sanção jurídica do título escolar o desempenho lingüístico dos sujeitos falantes.

Muitas crianças, para não correrem o risco de serem criticadas por falar "errado", preferem calar-se e reduzir o que tiverem de escrever ao mínimo possível, para não se expor às observações do tipo "pobreza de vocabulário", "falta de sentido", "erro ortográfico", etc. Segundo a perspectiva de Bourdieu, as palavras são bens que são trocados, na escola. O falante (o aluno) coloca seus produtos nesse mercado lingüístico que é.

estritamente sujeito aos veredictos dos guardiões da cultura legítima, o mercado escolar encontra-se estritamente dominado pelos produtos lingüísticos da classe dominante e tende a sancionar as diferenças de capital preexistentes. O efeito acumulado de um fraco capital escolar e de uma fraca propensão a aumentá-lo através do investimento escolar que lhe é inerente condena as classes mais destituídas às sanções negativas do mercado escolar, ou seja, à eliminação ou à auto-eliminação precoce acarretada por um êxito apagado. Os desvios iniciais tendem, portanto, a se reproduzir, pelo fato de que a duração da inculcação tende a variar tanto quanto seu rendimento, fazendo com que os menos inclinados e menos aptos a aceitar e a adotar a linguagem escolar sejam também os que se expõem menos tempo a essa linguagem, bem como aos controles e sanções escolares (Bourdieu, 1998:50).

Com efeito, Bourdieu reflete sobre a relação professor-aluno, mostrando-a como tensa e não instaurada sobre a singularidade dos alunos. Caminhando nessa mesma direção de análise, Alkmin et alii (1991) afirmam que é necessário muito mais

pensar a realidade social do que a realidade lingüística. Sabemos que a utilização da língua é regida por um conjunto de regras sociais que regulam a pertinência ou não, a adequação ou não dos comportamentos lingüísticos. Ou seja, tanto para a escrita como para a fala, existem restrições e assentimentos quanto ao seu uso: há punições previstas para quem infringe essas regras que vão desde estar exposto à galhofa até não ser aceito em empregos, por exemplo. Não podemos perder de vista que a hierarquização das formas lingüísticas é calçada em valores que refletem a estrutura

de uma sociedade, no caso da nossa, a de uma sociedade de classes.

No mercado lingüístico, por exemplo, o escolar, em que a modalidade de linguagem legítima domina e se impõe, o aluno aprende também as condições de sua aceitabilidade, que Bourdieu (1998) chama de *aceitabilidade sociológica* e não lingüisticamente como faz Chomsky; para ele, aceitabilidade não é apenas o uso da língua intuitivamente "gramatical" ou "normal" (como diz Chomsky), mas um uso da língua que engloba tanto as leis propriamente lingüísticas da gramaticalidade internalizadas pelo falante quanto a formação de preços característicos do mercado em questão. Isto significa que "as condições de recepção antecipadas fazem parte das condições de produção, e a antecipação das sanções do mercado contribui para determinar a produção do discurso" (Bourdieu, 1998:64).

Em suma, a escola é lugar onde a aquisição do capital cultural e do capital lingüístico pelo falante acontece por meio de um processo formal e intencional de inculcação de regras explícitas. O mercado lingüístico escolar tem a especificidade de ser uma instância social a serviço do mercado cultural e lingüístico dominante para reproduzir e difundir a linguagem legítima que confere aceitabilidade. Dessa forma, é oportuno perguntar: Como a escola trata das diferenças dialetais? É o que se discutirá a seguir.

IV- Para a democratização da escola

É fato que, cotidianamente, em sala de aula, o professor tem enfrentado o problema das variedades lingüísticas; por isso, segundo Geraldi (2001), o professor, no ensino, precisa ter uma atitude muito cuidadosa diante dos seus alunos, vindos de classes sociais ou regiões distintas.

Ainda, segundo Geraldi (2001), hoje, a escola, devido a uma falsa democratização, não mais recebe apenas alunos vindos de camadas mais beneficiadas da população, e sim alunos vindos de diversos ambientes e níveis sociais. Com eles, vêm acentuadas diferenças dialetais, as quais geram problemas, pois são consideradas errôneas, diante da língua eleita "norma padrão" (consequência de fatos históricos, políticos e econômicos).

Mas, "uma variedade lingüística 'vale' o que 'valem' na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm na relações econômicas e sociais" (Geraldi, 2001:43).

Diante disso, percebe-se que impor a norma padrão é imposição social e desclassificação dos outros dialetos. Por isso o professor deve aplicar atividades que oportunizem o domínio de outro dialeto, o padrão, sem a depreciação da forma de falar legítima do aluno (falada no seu meio social, sua família). É preciso romper com o bloqueio de acesso ao poder, e a linguagem é um de seus caminhos. Se ela serve

para bloquear, também serve para romper o bloqueio.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), é preciso respeitar a fala dos alunos, deixá-los se expressar em seu dialeto. Mas isso é claro, não significa que eles não possam ser corrigidos diante de um emprego "errado" da fala, ou melhor, um emprego que fuja da "norma padrão". Tudo dependerá do contexto. Não se deve corrigir o aluno diante de seus colegas, num trabalho em grupo, numa discussão entre eles. Mas, numa exposição oral, onde é necessária uma linguagem mais formal, é preciso haver a correção.

O professor precisa se conscientizar de que é necessário certo cuidado para não expor o aluno, deixando-o em uma situação constrangedora diante de seus colegas. A correção deve acontecer de maneira que motive os outros alunos a encontrar, também, seus erros.

Conclusões

É necessária a compreensão de que o aluno precisa aprender a "norma padrão", mas não de maneira que anule seu dialeto legítimo, pois isso estará anulando sua história de vida.

Franchi (1984), em uma pesquisa realizada com alunos da rede pública, num bairro de baixa renda, constatou que as crianças estavam em defasagem, tinham um sentimento de autodesvalorização e haviam incutido em suas mentes que eram incapazes de aprender, pois a escola forçava um aprendizado que ia de encontro ao que sabiam; a escola discriminava os educandos, dividindo-os em grupos de acordo com suas capacidades e dificuldades. A escola forçava-os a aprender normas e valores padrões impostos pela instituição, obrigando-os a esquecer o que sabiam da língua. Mas isto era impossível, pois os alunos precisavam de compreensão e de professores que os ensinassem, aproveitando aquilo que eles já tinham de conhecimento.

Ela comprovou que, ao alterar a prática da escola, de preconceito e desvalorização, passando a respeitá-los e a aceitar a expressão deles na sua linguagem, mesmo fora da norma padrão, os alunos ganharam fluência e flexibilidade com a linguagem culta. Eles voltaram a se autovalorizar e adquiriram autoconfiança e, até mesmo, assimilaram melhor a norma padrão.

A partir disso, constatou-se que é preciso ensinar a "norma padrão" sem destruir a rica herança cultural do aluno (seu modo de falar). O professor deve respeitar e motivar os alunos a respeitarem as diferenças, para que realmente haja a real democratização do ensino: igualdade entre todos, pelo respeito às diversidades lingüísticas e crenças na potencialidade de cada aluno, independente de sua classe social.

Nessa perspectiva, a escola não é o campo de luta

contra o fracasso escolar das camadas populares e sim um instrumento e causa para a divisão da sociedade de classes. A solução dos problemas está na eliminação das discriminações e das desigualdades sociais e econômicas. É inegável a relação entre escola e sociedade, mas também é verdade que muitas "dificuldades e problemas do ensino de língua materna podem ser resolvidos no âmbito de discussões pedagógicas e didáticas" (Alkmin et alii, 1991:26).

Referências

- ALKMIN, T. M. e outros. *A Lingüística e o ensino da Língua Materna*. In Geraldi, J. W. (org.). O texto na sala de aula: leitura e produção. Cascavel: Assoeste, 1991.
- BOURDIEU, P. *A Economia das trocas Lingüísticas*. In Bourdieu, P. A Economia das trocas Lingüísticas. São Paulo: Edusp, 1980.
- FRANCHI, Eglê. E as crianças eram difíceis... *A redação na escola*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva racial*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- POSSENTI, Sírio. *Sobre o Ensino de Português na escola*. In Geraldi, J. W. (org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2001.
- Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação :1999.